

A VIRADA LINGUÍSTICA E O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA SE PENSAR A HISTÓRIA INTELLECTUAL¹

Antonio Vinícius Lomeu Teixeira Barroso²
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo busca compreender como as reflexões epistemológicas da chamada “virada linguística” foram apropriadas, no campo da historiografia, pelo viés do *contextualismo linguístico*, através das proposições teóricas da Escola de Cambridge considerando, principalmente, as contribuições de John Pocock para a escrita da história intelectual. Tentaremos compreender também, brevemente, a recepção dessas teorias do campo linguístico na historiografia brasileira.

Palavras-Chave: Virada Linguística, Contextualismo Linguístico, Teoria da História, História Intelectual, Historiografia Brasileira.

Abstract

This article seeks to understand how the epistemological reflections of the "linguistic turn" were appropriate, in the field of historiography, by the linguistic contextualism through the theoretical propositions of the Cambridge School of considering mainly the contributions of John Pocock for writing intellectual history. We will also try to understand briefly the reception of these theories of the linguistic field in Brazilian historiography.

Key-Words: Linguistic Turn, Linguistic Contextualism, Theory of History, Intellectual History, Brazilian Historiography.

¹ Artigo recebido: 01.06.2015. Artigo aprovado: 30.09.2015.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob a orientação do professor Dr. José Nicolao Julião.

Após a Segunda Guerra Mundial, a partir das reflexões suscitadas por filósofos da linguagem tais como Ludwig Wittgenstein e Bertrand Russel por um lado, e da ontologia hermenêutica de Martin Heidegger e Georg Gadamer por outro, a História, enquanto disciplina, teve abaladas suas bases epistemológicas, até então marcadas pelo paradigma da convicção empirista e pelo conceito de verdade herdado da tradição platônica.³ Em 1973, Hayden White, inspirado por esse novo campo de possibilidades, aberto por essas novas formas de abordagem, publicou sua obra intitulada *Meta-História*, na qual as discussões travadas antes por filósofos foram trazidas para o âmbito mais específico da historiografia. Junto a White, o também historiador norte-americano Dominick La Capra incorporou novos elementos às discussões epistemológicas dentro da História como, por exemplo, contribuições advindas da teoria literária. Nesse contexto, podemos citar diversas outras obras que foram inspiradas pelas discussões da linguagem e da ontologia hermenêutica, todavia, talvez a obra de White tenha sido uma das mais polêmicas, fomentando uma série de discussões entre os historiadores após sua publicação. Essas obras, de acordo com Frank Ankersmit, produziu uma revolução na teoria histórica contemporânea cuja repercussão teve, entre outros efeitos, a “virada linguística” assumindo um estatuto de questão central no campo da historiografia (ANKERSMIT, 2012, p. 64). Posto isso, o presente artigo busca compreender como esse novo paradigma linguístico repercutiu na história das ideias, mais especificamente na história do discurso e no *contextualismo linguístico* da Escola de Cambridge.

Em linhas gerais, a “virada linguística” pode ser definida como uma mudança na concepção da relação entre *linguagem e realidade*.⁴ A primeira passa a ser vista como autônoma, isto é, possui funcionamento próprio em relação à realidade, que por sua vez, já não é mais acessível em si mesma, mas apenas através dos usos da linguagem. Dessa

³ Os primeiros sinais dessa mudança de paradigma, no entanto, já podem ser percebidos no final do século XIX nas considerações do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. CF. NIETZSCHE, F. *Verdade e mentira no sentido Extra-moral*, São Paulo: Nova Cultural, 1999.

⁴ Dentre as consequências dessa virada linguística, houve uma tentativa de resgate da narrativa. As narrativas sobre o passado passaram a ser consideradas não mais como mais verdadeiras ou menos verdadeiras. Dessa forma, as narrativas foram estabelecidas como melhores ou piores, pois o que importa é o aspecto explicativo narrativo que reside em seu potencial cognitivo e de elaboração do tempo. A História passou a incorporar a instrumentalização da teoria literária, tendo como consequência uma reaproximação da epistemologia histórica. Forma, metáfora e estilo começam a ser relevantes na escrita do historiador na medida em que estão associados a implicações cognitivas, ou seja, os usos da narrativa são cognitivos ao contrário dos usos estéticos que lhe reconheciam tradicionalmente. Para Ricoeur, a narrativa permanece a forma irredutível da experiência humana do tempo, pois o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de forma narrativa (REVEL, 2010, p.225).

forma, a linguagem já não possui mais uma relação de subordinação em relação à realidade, uma vez que não é mais puro reflexo dela. De acordo com White

(...) a linguagem nunca é um conjunto de 'formas' vazias esperando para serem preenchidas com um "conteúdo" factual e conceitual ou para serem conectadas a referentes pré-existenciais no mundo, mas está ela própria no mundo como uma 'coisa' entre outras (...) (WHITE, 1994, p. 27)

O caráter empírico da História apólogo da objetividade do conhecimento, do controle ideológico na construção do conhecimento e da reconstituição do passado com base em evidências foi colocado em xeque na medida em que houve um esforço de recusar a existência de uma realidade fora dos textos, pois estes não mais espelhariam algo que lhes é exterior. A "busca pela verdade", tão cara aos historiadores, por conseguinte, passaria necessariamente pela questão da linguagem, visto que, grosso modo, não haveria nada fora da linguagem – a própria noção de verdade começa a ser deixada de lado por essa perspectiva desconstrucionista⁵.

Muitos historiadores remeteram críticas ferrenhas a esse projeto desconstrucionista, classificando-o como relativista demais, extremamente subjetivista e cético, e que poderia facilmente fundamentar discursos niilistas, negacionistas e até fascistas⁶. No entanto, a perspectiva gerada pelas novas análises linguísticas não consideram como problemático o fim da crença na correspondência entre linguagem e realidade, muito menos a ideia de que o passado não existe enquanto objeto de investigação. Pelo contrário, o fim dessa crença fomenta os debates historiográficos nos quais as escritas da história não passam de narrativas que são tentativas ou propostas de definição da relação entre linguagem e realidade. As propostas e demonstrações são formas de organizar o conhecimento sem encerrá-lo, isto é, são muito mais compreensivas do que cognitivas. Elas devem contribuir menos para descrever o passado do que para interpretá-lo. O conhecimento histórico, segundo Ankersmit, não deveria ser visto como conhecimento cognitivo, mas como um estágio de debate contínuo onde a linguagem narrativa ocupa um papel central na valorização da História como uma organização de conhecimento ao invés de um conhecimento em si. Essa característica provisória do conhecimento histórico se dá, sobretudo, através do

⁵ Por *desconstrucionismo* entendemos a perspectiva aberta por Nietzsche, Heidegger e Derrida na qual se busca desconstruir a ideia de que a linguagem, mesmo a linguagem científica, pretensamente neutra e objetiva, mantém uma relação direta, imediata, com aquilo a que se refere.

⁶ Uma dessas críticas é feita por Ginzburg fazendo um combate direto ao relativismo-niilista de Hayden White (Cf. GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício, São Paulo: Companhia das Letras, 2007)

abandono de epistemologia kantiana em favor de uma hermenêutica gadameriana ou então de uma ontologia heideggeriana.

No bojo dessas perspectivas não podemos deixar de destacar as contribuições de Michel Foucault para se pensar uma história do discurso, principalmente em suas críticas à história das ideias. Ao combater a lógica e a racionalidade do discurso, Foucault critica a ideia de autor, no que tange a valorização do indivíduo, a noção de precursor, a originalidade da obra e influência. O filósofo francês se esforça em demonstrar que os discursos são práticas descontínuas (FOUCAULT, 1986, p. 52), isto é, não são algo pronto para serem decifrados, pois eles próprios são uma “violência” feita contra as coisas e não revelam uma relação direta e natural com o mundo. O autor, concebido também como algo construído historicamente e não pré-existente, é entendido como um princípio de agrupamento de discursos que às vezes se cruzam, mas também se ignoram e se excluem. Nesse sentido, ao destacar a heterogeneidade dos discursos, Foucault atenta para o aspecto complexo e multidimensional da realidade, no qual devemos ter cuidado em pensar uma relação mecânica dessa com a linguagem. De acordo com Foucault

(...) o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

A partir dessa passagem de *Arqueologia do Saber*, podemos perceber que Foucault entende o discurso numa relação não direta com o real, apesar de haver uma relação verdadeira entre o discurso e o objeto. Embora saliente outras questões da relação da linguagem com a realidade, Foucault também propõe um novo olhar sobre ela, contribuindo para romper com a concepção na qual a linguagem é derivativa da realidade. Nesse sentido, podemos situar o filósofo francês coadunado, guardando suas especificidades, ao movimento da “virada linguística”.

Apesar de ter causado grande impacto em diferentes campos do saber e em diversas áreas dentro da própria disciplina da História, nos concentraremos apenas em analisar quais foram as consequências da virada linguística para a história das ideias e intelectual, a partir das considerações feitas pelos representantes da chamada “Escola de Cambridge”, a saber, Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock, cujas abordagens tiveram, nos últimos trinta ou quarenta anos, enorme influência para os historiadores. Nenhuma outra metodologia e prática da história do pensamento despertaram tanto interesse, nas últimas décadas, como as derivadas do “contextualismo linguístico”⁷ de Skinner, Dunn e Pocock (SILVA, 2010, p. 299). Iremos nos deter, no entanto, sobretudo nas reflexões teóricas de John Pocock, em sua obra *Linguagens do Ideário Político*⁸.

Os historiadores da Escola de Cambridge elaboraram sua metodologia a partir algumas críticas aos pressupostos fundamentais da história das ideias tradicional: o anacronismo de se pensar categorias políticas e conceitos com o olhar do presente; a concepção da imutabilidade e imobilidade do pensamento; a abordagem textualista que trata o texto como autônomo no seu contexto de surgimento; a noção vaga de influência para explicar a recepção de ideias; e o contextualismo sociológico como estratégia de compreensão de um texto.

De acordo com os historiadores ingleses, as condições sociais e econômicas se constituem como antecedentes causais contingentemente conectados com o conteúdo do texto a ser apresentado. Essa reconstituição das causas exteriores à ação linguística seria um procedimento relevante para a *explicação* da referida ação, no entanto, elas criam uma relação causal que não é suficiente para a *compreensão* da ideia enquanto ação linguística. De acordo com Ricardo Silva

Ao fixar-se exclusivamente na determinação causal das ideias, perseguindo as conexões externas e contingentes das ideias com fenômenos não linguísticos, parte da literatura contextualista reforçaria uma visão em que o papel das ideias na sociedade e na política é desprovido de autonomia e eficácia. As ideias não seriam mais do que epifenômenos, expressões ou reflexos de uma “realidade material” ontologicamente anterior ao – e determinante do mundo da linguagem. Além de outras fragilidades, os métodos derivados desta concepção

⁷ Através de um historicismo rigoroso, ou seja, de uma história dos tempos passados em seus próprios termos, a escola inglesa propôs um recorte preciso e bastante sincrônico do tempo histórico como forma de reconstituir o conjunto de categorias e o vocabulário político de determinado contexto linguístico, evitando, dessa maneira, o anacronismo.

⁸ Essa obra se constitui numa coletânea de textos extraídos de outras obras do historiador publicadas na década de 1980.

estariam desarmados para explicar, por exemplo, o fato de um mesmo contexto social ser capaz de abrigar, simultaneamente, ideias que expressam os mais variados conteúdos linguísticos e valorativos, além de autores que manifestam as mais diversas intenções (SILVA, 2010, p. 305).

Nessa passagem, fica bastante evidente a ressonância das inovações teórico-metodológicas trazidas pela virada linguística no projeto intelectual da Escola de Cambridge. Ao atestar a insuficiência do contextualismo sociológico na compreensão das ideias e dos textos em determinado recorte sincrônico, esses historiadores conferem um papel imprescindível e até primordial à reconstituição do contexto linguístico onde essas ideias surgiram⁹.

Segundo Pocock, a análise linguística provocou uma mudança no sentido de se abandonar uma concepção de uma história do pensamento e começar a se pensar uma história do discurso (POCOCK, 2003, p. 24). O discurso como ponto de partida causador dessa revolução na historiografia foi responsável por uma transformação na *práxis* da história do pensamento, redefinindo-a em termos estritamente históricos, na medida em que passou a enxergar os autores como atores históricos se expressando e respondendo uns aos outros em um contexto linguístico comum, embora diverso. O autor, na perspectiva da história do discurso, habita um mundo historicamente determinado que só é apreensível por meio das linguagens historicamente constituídas. Os modos discursivos disponíveis dão ao autor as intenções que ele pode ter, pois são os únicos meios que ele dispõe para efetuar-las.

De acordo com Pocock, deve-se tratar o autor como um habitante num universo de *langues* que confere sentido às *paroles*.¹⁰ Quanto mais contraditório e complexo o contexto linguístico que o autor se encontra, mais pluralizados e ambíguos serão os atos de fala que ele terá possibilidades de produzir. Esses atos, por sua vez, podem atuar sobre o próprio contexto linguístico e causando modificações e transformações no seu interior. Tomando a linguagem dos outros e usando-a para seus próprios fins o autor tanto se torna um expropriador, como um inovador que atua sobre a linguagem de forma a provocar efêmeras ou duradouras mudanças nos usos dessa linguagem.

⁹ O contexto linguístico não é o único que dá ao ato de fala um sentido e uma história, no entanto, para Pocock, é um contexto promissor para se começar um estudo.

¹⁰ Entende-se por *langue* uma concepção que alude à ideia de contexto ou universo linguístico habitado por cada autor, ou seja, uma terminologia que faz referência às estruturas e convenções linguísticas de cada período num sentido mais sincrônico. Já o conceito de *parole* remete a um ato de fala, ou seja, a uma ação, mudança, inovação e atuação sobre a *langue*, fazendo referência mais próxima à diacronia.

Os modos de discurso estão disponíveis numa espécie de jogo com regras onde os jogadores as usam uns contra os outros e atuam sobre elas com a intenção de mudá-las. As linguagens¹¹ exercem força paradigmática, portanto, favorecem distribuições de prioridade e autoridade. Nós como historiadores do discurso, segundo Pocock, devemos estar atentos aos diversos idiomas do discurso político pela forma como eles se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando. Devemos ler extensivamente a literatura da época, para que passemos por um processo de familiarização. Quanto mais o historiador puder provar que diversos autores empregaram o mesmo idioma e nele efetuaram enunciações, constatando que o idioma é recorrente em textos e contextos além daqueles em que foi detectado pela primeira vez e que os autores expressaram em palavras sua consciência de que estavam empregando tal idioma, mais ele pode aumentar a confiança no seu método. Em outras palavras, o historiador do discurso tem que estar preocupado com as performances de outros agentes, onde os próprios usuários comentam o uso da linguagem de forma crítica. Ele deve procurar a *parole* agindo sobre a *langue* e produzindo inovações nela. Segundo Pocock, “a linguagem é a palavra-chave tanto para o ato de fala como para o contexto” (POCOCK, 2003, p. 35).

Deve-se perceber, sobretudo, como um ato de fala, enunciação ou autoria efetuado em sua linguagem pode atuar sobre ela e induzir inovações sobre ela. A atenção do historiador, dessa maneira, deve se voltar da língua para a *parole*, para o ato efetuado no interior de um contexto, sendo que o conhecimento do contexto é fundamental para o conhecimento da inovação. O historiador tem de procurar os sinais das novas formas dos usos das palavras enquanto resultado de novas experiências. Esses sinais de mudança também davam origem a novos problemas e possibilidades no próprio discurso da linguagem estudada.

O pressuposto do acesso à realidade através dos usos da linguagem, proposto pelos filósofos da linguagem fica evidente, no pensamento de Pocock, na seguinte passagem:

O presente de necessidades práticas em que os atores do passado se encontravam não é imediatamente acessível, dado que só pode ser alcançado pela mediação da linguagem que usavam. As leituras e as

¹¹ A concepção de linguagem (language) de Pocock faz mais referência às sublinguagens, ou seja, idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica), retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis (com suas regras precondições, implicações, tom e estilo), vocabulários especializados e gramáticas, do que às línguas etnicamente diferenciadas.

respostas ao texto são importantes como forma de apreender os desafios que os textos colocaram às estruturas normais do discurso. (POCOCK, 2003, p. 38).

Sobre o problema da indeterminação na relação entre linguagem e realidade, Pocock afirma que devemos conceder certa autonomia à linguagem deixando de lado a ideia de que a mesma se apresenta como o efeito das experiências sociais.¹² Contra a antiga concepção de que a linguagem reflete a sociedade, o historiador inglês afirma que “a linguagem reflete a si mesma e fala extensamente sobre si mesma” (POCOCK, 2003, p. 56).

Embora a Escola de Cambridge tenha uma recepção mais direta das teorias historicistas de Robin Colingwood, os historiadores Quentin Skinner e John Pocock se fundamentam na concepção de atos de fala de Wittgenstein¹³, dessa maneira, ambos podem ser vistos sob a influência mais ampla da “virada linguística”.¹⁴ De acordo com Silva,

(...) os autores ingleses inscrevem-se nesse movimento sob a influência declarada da obra do segundo Wittgenstein (...) é a filosofia do segundo Wittgenstein que permite ao historiador de Cambridge a elaboração da noção crucial de “significado” (meaning). Skinner parte da célebre formulação de Wittgenstein de que “palavras também são atos” (WITTGENSTEIN, 1958, p. 146), enquanto procura elaborar o princípio pragmático de que o significado dos atos linguísticos depende de seus usos em determinados jogos de linguagem. Era natural que Skinner recorresse às contribuições dos filósofos da linguagem que mobilizaram a noção wittgensteiniana de significado para a elaboração da teoria dos atos de fala (speech acts theory). (SILVA, 2009, p. 309)

Apesar de o trecho fazer referência ao projeto de história intelectual de Skinner, as reflexões teórico-metodológicas de Pocock também podem ser enquadradas no mesmo movimento, já que muitas citações a Skinner são feitas ao longo de sua obra, sobretudo quando o historiador faz uma defesa do autor como ator e do pensamento como ação. Quando Pocock afirma que o historiador deve ver a filosofia e a ação mais como coexistentes do que como coisas separáveis, ele estabelece um vínculo

¹² É interessante ressaltar que, de acordo com Ankersmit, a questão da indeterminação na relação entre linguagem e realidade não é algo a ser superado, pois não se constitui como uma relação negativa, pelo contrário, ela é a condição para a possibilidade de qualquer historiografia. Essa indeterminação gera debates historiográficos nos quais as narrativas históricas sobre o passado são propostas que só tornam claras suas coerências em contraste com outras propostas do gênero (Cf. ANKERSMIT, 2012).

¹³ SILVA, Ricardo, 2009, p. 309.

¹⁴ Idem, p. 302.

fundamental para se pensar autor como ator: “Hobbes e Locke são tanto filósofos como panfletistas” (POCOCK, 2003, p.39).

No que se refere ao combate à noção de influência efetuado pelos historiadores de Cambridge, tão presente na História das Ideias, há um esforço em se pensar o conceito de *resposta*, como forma de inverter a concepção passiva e inconsciente do leitor no processo de leitura e recepção de ideias. O conceito de resposta ajuda a pensar um autor num contexto linguístico semelhante ao de um campo de forças onde agentes atuam sobre outros agentes respondendo às performances e aos atos de fala dos outros autores. O caráter passivo intrínseco à noção de influência, na qual o autor parece somente ter sofrido uma força externa e não ter se apropriado do pensamento, é solapado pela indefinição do que seria *performance* do autor e resposta do leitor. O leitor passa a ser visto, segundo essa perspectiva, como autor. De acordo com Pocock:

A história do discurso está interessada nos atos de fala que se tornam conhecidos e que evocam respostas, com elocuições que são modificadas à medida que se tornam perlocuções, conforme a maneira como os receptores respondem a elas, e com respostas que tomam a forma de novos atos de fala e de textos em resposta. O próprio leitor se torna um autor, e é exigido do historiador um complexo de *Rezeptionsgeschichte*. (...) Devemos saber que mudanças ocorreram no discurso dos outros, à medida que respondiam às enunciações desse autor e executavam lances em resposta aos lances dele. Nesse ponto, nos movemos do autor para o leitor, mas o leitor visto como autor. (POCOCK, 2003, p. 43).

O historiador deve tentar entender como as inovações do primeiro autor se impuseram sobre os leitores, se concentrando nos textos escritos pelos os que leram o texto. Podemos perceber que sob essa perspectiva há muito mais uma concepção ativa de apropriação onde o autor, ganha consciência sobre o processo de seleção de ideias, interpretação e utilização das mesmas. Para o historiador inglês, “todo e qualquer ato de fala que o texto tenha efetuado pode ser re-efetuado pelo leitor de maneiras não idênticas às que o autor pretendeu” (POCOCK, 2003, p. 45). Portanto, as ideias possuem um caráter muito mais dinâmico de interpretação, apropriação e recepção. A noção de influência, além de tratar o autor como passivo e inconsciente no processo de leitura, conferia certa imobilidade e imutabilidade às ideias na difusão e recepção nos diversos contextos em que eram redefinidas.

Pudemos perceber que há uma relação, mesmo que às vezes mais indireta, entre os pressupostos da história intelectual da Escola de Cambridge, tomando como exemplo as fundamentações teóricas de John Pocock, e as novas sugestões de abordagem trazidas

pelas análises linguísticas na segunda metade do século passado. No entanto, essa recepção da “virada linguística” entre os historiadores ingleses deve ser relativizada, pois não há entre eles a intenção radical de reduzir tudo à linguagem ou ao texto, ou seja, em uma espécie de encastelamento na linguagem como propõe alguns estudiosos ancorados nesse novo tipo de abordagem linguística.

É interessante ressaltar que as inovações teóricas trazidas pela “virada linguística” estão sendo incorporadas aos poucos pelos historiadores das ideias, através de uma aproximação cada vez maior com a hermenêutica e a ontologia e de um distanciamento gradativo da epistemologia. De acordo com Ankersmit, o equívoco contido na abordagem epistemológica de Kant nunca foi resolvido de maneira satisfatória pela historiografia no último um século e meio, mesmo diante de inúmeras sugestões úteis fornecidas pelos historiadores (ANKERSMIT, 2012, p. 38). Esse movimento, na Filosofia, parece ter avançado muito mais rapidamente do que na historiografia, sobretudo no Brasil. De acordo com José Murilo de Carvalho “é preciso reconhecer que ainda há pouca problematização na prática da história intelectual no Brasil. As incorporações de novas abordagens têm sido feitas de maneira um tanto informal e fragmentada.” (CARVALHO, 1998, p. 126). No entanto, na última década, têm surgido, entre os pesquisadores brasileiros, estudos interessantes inspirados pelas reflexões da Escola de Cambridge. A tese de doutorado da socióloga Ângela Alonso, *Ideias em Movimento*, serve como um bom exemplo da nova historiografia das ideias. A autora atribui um papel ativo aos intelectuais brasileiros da geração de 1870 no processo de escolha e leitura das correntes filosóficas estrangeiras, pois não podem ser analisadas como descoladas do papel prático da ação política. O contexto linguístico político brasileiro, nesse sentido, é destacado como um fator importante para se compreender a recepção de ideias. Dessa maneira, ao abordar a tradição nacional e o repertório estrangeiro como apropriações seletivas resultantes de um processo onde a supressão, modificação e recriação são indispensáveis, Alonso inverte a perspectiva que enxerga a intelectualidade brasileira como meras filiais às similares europeias. Em seu esquema teórico, Ângela Alonso se esforça em conectar as ideias aos projetos políticos, ou seja, teoria e prática, uma vez que, nesse período, o campo intelectual e político brasileiros não podem ser de forma alguma separados. A autora faz referência direta a John Pocock como fundamentação teórica quando pensa a relação íntima entre ação

política e doutrinas filosóficas e o caráter dinâmico e móvel das ideias (ALONSO, 2000, p. 31). O historiador Marcelo Basile também é outro exemplo de receptor brasileiro das ideias pocockianas. Seu trabalho, grosso modo, salienta, na concepção de John Pocock, as linguagens políticas como instrumento de análise para o estudo dos projetos políticos concorrentes no Brasil, especificamente na primeira metade do século XIX (BASILE, 2001, p. 92).

Embora alguns trabalhos tenham surgido nessa última década, a tradição da história intelectual brasileira ainda é dominada por estudos clássicos da história das ideias.¹⁵ Muitas traduções de textos para a língua portuguesa, já publicados em original há muito mais tempo no exterior, só foram feitas na última década. Portanto, ainda há um vasto trabalho de incorporação das novas abordagens a ser feito.

¹⁵ A historiografia clássica das ideias seguiu, no âmbito teórico, dois caminhos básicos. O primeiro se subdivide entre os que expõem o pensamento de cada pensador isoladamente e os que tentam estabelecer conexões entre os autores para designar um grupo ou família intelectual. Como consequência dessa linha interpretativa, a autoria acaba sendo considerada o determinante principal do texto e a recepção é tratada em termos de influência. (PAIM, 1967, CRIPPA, 1978, CHACON, 1977, SALDANHA, 1963, CRUZ COSTA, 1956.) Já o segundo tipo, apesar de estar ancorado em concepções metodológicas mais sofisticadas, confere demasiada ênfase ao contexto, geralmente entendido como modo de produção ou classes sociais, sobre o pensamento ou pensador (SCHWARZ, 1976, FRANCO, 1976, pp. 61-64.).

Bibliografia:

- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.
- BASILE, Marcello. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império*, Topoi, Rio de Janeiro, set. 2001, pp. 91-130.
- CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, 2000.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- CRIPPA, Adolpho. *As ideias filosóficas no Brasil; séculos XVIII e XIX*, São Paulo: Convívio, 1978.
- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar*. In: Cadernos de Debate, no. 1, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LA CAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*. In: LaCAPRA, D.; KAPLAN, S. L. (orgs.). *Modern European Intellectual History*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1982
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- REVEL, Jacques. *História e historiografia – exercícios críticos*. Curitiba: Ed.UFPR, 2010.
- SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas no Brasil*. Recife: UFPE, 1963.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*, DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 2, 2010, pp. 299 a 335.
- _____. *História intelectual e Teoria política*, Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.

WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1994.